

## Artigos de Revisão

# Políticas públicas de esporte e lazer e povos indígenas: uma revisão bibliográfica<sup>1</sup>

Public policies for sport and leisure and indigenous people: a bibliographic review

Políticas públicas para el deporte y el ocio y los pueblos indígenas: una revisión bibliográfica



Fabício Gurkewicz Ferreira

Instituto Federal de Rondônia, Ji-Paraná, Rondônia, Brasil

e-mail: fabricio.gurkewicz@ifro.edu.br



Nargila Mara da Silva Bento

Instituto Federal do Pará, Breves, Pará, Brasil

e-mail: nargilabento@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo teve por objetivo refletir acerca das discussões que, historicamente, têm sido desenvolvidas na área de esporte e lazer por meio de políticas públicas junto aos povos indígenas. Foi feita uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Portal de Periódicos da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD) e no Repositório Vitor Marinho a fim de se analisar a produção a respeito da temática. Conforme os resultados, o contato com a sociedade ocidental proporcionou modificações significativas nas bases cosmológicas e míticas que compõem a organização da vida social dos povos indígenas. Dessa forma, o trato com a prática esportiva nas sociedades indígenas deverá levar em consideração os elementos históricos e culturais desse fenômeno.

**Palavras-chave** Políticas públicas; Esporte e lazer; Povos indígenas.

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para a sua realização.

**Abstract:** This article aimed to reflect on the discussions that, historically, have been developed in the area of sport and leisure through public policies with indigenous peoples. A bibliographical research was carried out in the databases Portal de Periódicos da Capes, in the Brazilian Digital Library of Thesis and Dissertations (BDTD) and in the Vitor Marinho Repository in order to analyze the production on the subject. According to the results, contact with Western society provided significant changes in the cosmological and mythical bases that make up the organization of the social life of indigenous peoples. Thus, dealing with sports in indigenous societies should take into account the historical and cultural elements of this phenomenon.

**Keywords:** Public policies; Sports and leisure; Indigenous people.

**Resumen:** Este artículo tuvo como objetivo reflexionar sobre las discusiones que, históricamente, se han desarrollado en el área del deporte y el ocio a través de políticas públicas con los pueblos indígenas. Se realizó una investigación bibliográfica en las bases de datos Portal de Periódicos da Capes, en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y en el Repositorio Vitor Marinho con el fin de analizar la producción sobre el tema. Según los resultados, el contacto con la sociedad occidental proporcionó cambios significativos en las bases cosmológicas y míticas que conforman la organización de la vida social de los pueblos indígenas. Así, el tratamiento del deporte en las sociedades indígenas debe tener en cuenta los elementos históricos y culturales de este fenómeno.

**Palabras clave:** Políticas públicas; Deportes y ocio; Pueblos indígenas.

Submetido em: 09 de março de 2023

Aceito em: 19 de junho de 2023

## 1. Introdução

Esse artigo tem por objetivo refletir acerca das discussões que, historicamente, têm sido desenvolvidas na área de esporte e lazer por meio de políticas públicas junto aos povos indígenas. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Portal de Periódicos da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD) e no Repositório Vitor Marinho a fim de analisar a produção a respeito da temática.

A inclusão do esporte e do lazer na Constituição Federal (CF) de 1988, por meio do seu Art. 6, que inclui o lazer como um dos direitos sociais, e do Art. 217, que trata do desporto (ou esporte) e da sua relação com o lazer, trouxe a possibilidade de acesso a esses fenômenos a todas as pessoas, sem restrição por classe, gênero, dentre outros. No contexto dos direitos sociais, ter o respaldo legal constitui-se em ponto fundamental para alocar recursos públicos e viabilizar o desenvolvimento de políticas públicas (PINTOS *et al.*, 2016).

Além da presença na Carta Magna, outro momento marcante para as Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL) foi a criação do Ministério do Esporte (ME) em 2003 (SOARES; CAPI; DEBORTOLI, 2016). A partir do surgimento de um setor específico, tornou-se possível a estruturação de uma agenda que possibilitou avanços nessa área. Contudo, a sua extinção em 2019 provocou a interrupção de propostas e levantou dúvidas a respeito do futuro das PPEL no país.

Para Freire e Cárdenas (2017), a democratização do acesso ao esporte e lazer passa pelo desenvolvimento de propostas que diagnosticam as demandas e o potencial de cada região. Identificar as necessidades de cada contexto social, levando em consideração as particularidades daquela população, é fundamental para que as políticas públicas sejam efetivas.

A diversidade étnica, racial e cultural presente no Brasil constitui-se como um desafio para a materialização dos direitos sociais para a população brasileira, como o esporte e o lazer. Nesse senti-

do, ao direcionarmos o foco para as comunidades tradicionais, em específico, os povos indígenas, é necessário que sejam compreendidos dentro de sua dinâmica própria e diferenciada, se comparadas às sociedades externas a elas, respeitando a sua relação com o meio ambiente e o território e colaborando para o fortalecimento de suas culturas, bem como a sua preservação para as próximas gerações (SOARES, 2017).

Corroborando com Soares e Pintos (2011), um grande desafio para o poder público é promover ações sistemáticas que efetivem o acesso dos povos indígenas ao esporte e ao lazer. Nesse processo, é imprescindível que haja a organização de espaços qualificados a fim de que ocorra o diálogo entre os setores governamentais e representantes das diversas etnias. Ações como essa apresentam um sentido formativo/educativo, fomentando o desenvolvimento de novas lideranças indígenas, que pensem e conduzam os seus povos.

Com base no exposto, o presente artigo estrutura-se da seguinte maneira: primeiro, descrevemos a metodologia que foi utilizada para a construção da investigação. Em seguida, apresentamos os resultados da busca e uma análise da revisão de literatura acerca das PPEL para os povos indígenas, em que a caracterizamos, delimitamos os sentidos e significados do esporte e do lazer nesse contexto. Reforçamos ainda a importância das práticas corporais tradicionais e apresentamos as ações realizadas pelo governo federal para esses povos. Por fim, trazemos algumas considerações finais.

## 2. Metodologia

Esta é uma pesquisa de natureza bibliográfica. Nesse tipo de investigação, busca-se conhecer uma determinada temática a partir daquilo que já foi produzido a seu respeito, em especial por meio do que está presente em artigos e livros. A principal vantagem desse tipo de pesquisa é conseguir contemplar o estudo de um fenômeno de modo abrangente, sem precisar pesquisá-lo diretamente. Além disso, em investigações que envolvam a

análise de fatos históricos, como no caso deste trabalho, a sua utilização é imprescindível, pois, apesar de ser feita através de dados secundários, o acesso ao conhecimento somente é possível dessa forma (GIL, 2008).

O levantamento bibliográfico, para a sistematização dos dados de análise, deu-se através de uma pesquisa com os termos “Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Povos Indígenas” nas bases de dados do Portal de Periódicos da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD). Contudo, as buscas não alcançaram resultados expressivos, visto que resultaram somente em três materiais, sendo que dois deles foram descartados, um por não discutir a temática proposta e o outro por estar em inglês. Dessa forma, recorreremos ao repositório Vitor Marinho, em razão de configurar-se como uma plataforma que possui um acervo de produções científicas relacionadas ao esporte e ao lazer. Como alguns materiais importantes, presentes nas referências dos trabalhos encontrados, não foram localizados nas buscas, também foram acrescentadas contribuições de outros teóricos para qualificar a discussão. Logo abaixo, apresentamos um quadro com informações dos materiais encontrados.

Quadro 1 – Materiais obtidos para a análise

Item	Título	Base de Dados	Tipo	Ano	
1	O futebol Munduruku: um jogo estratégico nas relações interétnicas e interculturais em Juara-MT	BDTD	Dissertação	2015	
2	Jogos dos Povos Indígenas: registro da memória	Repositório Marinho	Vitor	Capítulo	2009
3	Fórum Social Indígena: o esporte e o lazer provocando um diálogo interseccional	Repositório Marinho	Vitor	Capítulo	2015
4	Políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas no Brasil	Repositório Marinho	Vitor	Capítulo	2016
5	Jogo entre “Parentes”, os processos de educação do corpo, esporte e lazer no Brasil: reflexões a partir dos Jogos dos Povos Indígenas	Outros	Artigo	2015	

6	Políticas Públicas e Povos Indígenas: contribuições a partir do Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os Povos indígenas do Brasil	Outros	Livro	2016
7	Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Povos Indígenas	Outros	Capítulo	2019

Fonte: acervo autoral (2023)

A realização da busca dos materiais ocorreu entre os meses de abril e maio de 2021. Não houve delimitação de espaço temporal no processo de seleção devido à baixa quantidade de materiais ter sido encontrada. Como critérios de inclusão foram selecionados aqueles trabalhos que tratavam de políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas do Brasil e que fossem em português.

Após a leitura e análise do material, organizamos e discutimos as informações em quatro tópicos, a saber: o reconhecimento das especificidades étnicas na construção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer; esporte e o lazer em contexto indígena; o resgate das práticas corporais tradicionais e propostas implementadas pelo governo federal. O estabelecimento desses tópicos ocorreu a partir da identificação de temas que emergiram de forma recorrente dos materiais e sinalizam aspectos importantes a serem problematizados acerca da temática. No primeiro tópico, estão presentes os trabalhos referentes aos itens 4, 5, 6 e 7. No segundo, são utilizados os dos itens 4, 6 e 7. No terceiro são os pertencentes aos itens 4 e 7. No quarto tópico, estão os trabalhos concernentes aos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

### 3. Políticas públicas de esporte e lazer e povos indígenas

O contato com a sociedade ocidental proporcionou modificações significativas nas bases cosmológicas e míticas que compõem a organização da vida social dos povos indígenas. Esses saberes tradicionais, do modo como os conhecemos, são o resultado do empenho de várias gerações em resistir à ação opressora de co-

munidades compostas por povos “não-indígenas”, o que possibilitou a sobrevivência da maior parte dessas culturas.

Nesse sentido, esses povos, de maneira organizada, têm buscado meios de reverter esse processo de dominação que perdura há séculos, e que pode ser observado, atualmente, por meio de políticas que pretendem a sua homogeneização e integração. O esporte e o lazer, dentro desse contexto, podem servir como mecanismos para resistir e reverter esse quadro (ALENCAR; GRANDO; CARVALHO, 2019).

Há uma negligência evidente com essa população acerca de suas necessidades básicas quando observamos as ações governamentais. Percebe-se que esse descaso está relacionado ao modo como eles se organizam e concebem as suas vidas. O seu vínculo com o território desperta o interesse de pessoas e/ou empresas que almejam a exploração e o lucro desmesurado (GRANDO, 2015).

A luta pela preservação e concretização dos seus direitos faz parte do cotidiano dos povos indígenas, em esforços direcionados tanto ao Estado quanto à sociedade civil. A presença dessas garantias em dispositivos legais não tem sido suficiente, visto que estão sob ataques constantemente. Ao ser inviabilizado o usufruto aos indígenas dos seus direitos, limita-se o exercício de sua cidadania.

Para Soares e Pintos (2011), a promulgação da Carta Magna constitui-se em um marco e, também, em avanços na relação entre o Estado e os Povos Indígenas. Entretanto, a sua repercussão tem sido inoperante para a efetivação dos direitos destes povos, embora eles tenham estabelecido diferentes estratégias ao longo dos anos para que isso aconteça.

A partir do momento em que são reconhecidos como cidadãos brasileiros, os indígenas passam a demandar novas ações, dentre as quais encontram-se aquelas relacionadas ao esporte e ao lazer. Contudo, o exercício de sua cidadania só será, de fato, concretizado, quando os costumes, tradições e cosmologias de cada etnia forem respeitadas. Para isso, é imprescindível a colaboração das comunidades indígenas na construção e na implantação das políticas públicas (GRANDO; ALMEIDA, 2016).

A CF de 1988 assegura a esses povos políticas públicas diferenciadas, que levem em consideração a especificidade e a diversidade de seus costumes, crenças, línguas, dentre outros elementos culturais. Isso significa que eles possuem direitos civis em razão do seu enquadramento como cidadãos brasileiros e, também, identitários devido a ser cidadão indígena. Ou seja, possuem dupla cidadania (LUCIANO, 2016).

Nesse sentido, a constituição de uma dupla cidadania implica na consideração da participação, colaborativa e efetiva, dos indígenas em processos de elaboração, execução e avaliação de políticas públicas destinadas a eles, tendo em vista que são os mesmos que possuem as condições adequadas para a efetivação da harmonia necessária entre os direitos oriundos da cidadania nacional e dos seus direitos específicos (LUCIANO, 2016).

Espera-se, assim, que o Estado atue de forma protagonista na elaboração e execução de ações sistemáticas que permitam aos povos indígenas o acesso ao esporte e ao lazer. Essa atuação deverá considerar as diferentes realidades econômicas e culturais vivenciadas pelas etnias, pautando-se por uma política de inclusão social e que estenda os seus benefícios também aos indígenas que vivem em ambiente urbano (GRANDO; ALMEIDA, 2016).

### 3.1. O reconhecimento das especificidades étnicas na construção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer

A compreensão do indígena de maneira genérica, em que todos os grupos formariam um único povo, ainda faz parte do senso comum em nossa sociedade. Infelizmente, observa-se que a pretensão de muitas políticas públicas direcionadas a eles é a de que essa perspectiva homogeneizadora, de fato, se concretize, uma vez que as singularidades de cada etnia, a saber, os seus códigos, símbolos e valores, são desconsiderados.

Os modos pelos quais cada grupo produz o corpo e as suas práticas corporais está relacionado com as especificidades pre-



sententes na produção de sua vida coletiva, as quais estabelecem diferenças tanto com a sociedade envolvente quanto entre si. Isso decorre do desenvolvimento histórico vivenciado por cada etnia a partir de suas relações sociais e ambientais peculiares vinculadas ao contexto em que estavam inseridas (GRANDO, 2015).

A melhor forma de identificar as características do grupo, de modo que sejam referência na composição de uma proposta, é ter a colaboração dos principais interessados, ou seja, os próprios membros da comunidade. Uma vez que os indígenas detêm o conhecimento acerca de quais práticas corporais e/ou esportivas lhes despertam o interesse, a ciência das necessidades materiais e de infraestrutura apresentam, além do conhecimento acerca de como são organizadas as suas atividades sociais, é fundamental que tenham uma participação significativa nesse processo.

Contudo, fomentar essa participação proativa, mas não lhes proporcionar a aquisição dos conhecimentos técnico-científicos necessários a fim de subsidiar as escolhas, limitará o seu protagonismo. Esses fenômenos, esporte e lazer, fazem parte da sociedade ocidental moderna, imbuídos de sentidos e significados complexos, os quais precisam ser compreendidos pelos indígenas antes da idealização das propostas (ALMEIDA, 2016).

O desafio em desenvolver ações de esporte e lazer junto aos povos indígenas passa, então, não apenas pela diversidade de práticas corporais a serem consideradas e que levem em conta as peculiaridades de cada povo, mas também por viabilizar ou não o protagonismo de cada um deles na estruturação de propostas que satisfaçam as suas necessidades (ALENCAR; GRANDO; CARVALHO, 2019).

Quando os povos indígenas lutam para que políticas públicas garantam o seu acesso ao esporte e lazer, desejam que sejam consideradas as suas demandas específicas, resguardando os interesses e a vontade de cada povo. Nesse sentido, a sua finalidade é o fortalecimento e a valorização de suas culturas, mesmo com a utilização de práticas corporais da sociedade ocidental, como o futebol (LUCIANO, 2016).

### 3.2. O Esporte e o Lazer em contexto indígena

Esporte e lazer são categorias construídas historicamente na sociedade ocidental. Os sentidos e significados que elas assumem demonstram o seu vínculo com esse contexto. Isto fica claro, por exemplo, quando observamos a origem do lazer, que surge no contexto da sociedade industrial. Por isso, analisá-los no âmbito indígena implica na compreensão de como cada cultura se constitui.

Alencar, Grando e Carvalho (2019) salientam que o esporte e o lazer possuem sentidos específicos em cada povo indígena, relacionados ao modo como se desenvolveu o processo de interação com a sociedade nacional. Essas categorias não estão presentes dentro do conjunto de conhecimentos tradicionais que caracterizam cada etnia. Assim, o esporte e o lazer, historicamente permeados por conflitos e contradições, podem ou não possibilitar aos indígenas, por meio de sua apropriação e ressignificação, condições de resistir e lutar contra ações opressoras no estabelecimento de relações interculturais com os não indígenas.

O esporte é apreciado dentro da aldeia, sobretudo o futebol, pois, em muitas delas, há um campo para a realização dessa modalidade. O contato com a sociedade envolvente e, mais recentemente, o acesso a recursos tecnológicos tornou as experiências com esse fenômeno mais intensa, seja na realização de disputas dentro e fora da aldeia, ou no acompanhamento do esporte profissional por meio da televisão, internet, dentre outros.

Cada etnia, em seu contato histórico com o esporte, desenvolveu e continua a desenvolver modos próprios de se relacionar com essa prática corporal. Almeida (2016) destaca que alguns agentes possuem papel relevante nesse contexto, tais como o Estado, as instituições religiosas, os professores das escolas indígenas, as pessoas que se encontram próximas as aldeias, e, mais recentemente, as mídias, que viabilizam uma aproximação com o esporte de alto rendimento.

Ainda de acordo com Almeida (2016), apesar de a prática esportiva adquirir contornos específicos em cada etnia, há a predominância da dimensão do rendimento, que pode ser obser-

vada nas disputas realizadas na própria aldeia ou no ambiente urbano. Isso posto, é importante refletir acerca do impacto gerado na comunidade, tanto em seus comportamentos quanto nas práticas sociais.

Para ilustrar essa perspectiva, o autor aponta o treinamento, que se caracteriza por ações sistemáticas de especialização em técnicas corporais específicas que visam ao rendimento esportivo e que propiciariam a inserção de um novo modo de construção corporal nos ambientes de convivência dos povos indígenas. Desse modo, a fabricação do corpo Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979) e Grando (2004), processo pelo qual os sujeitos obtêm a sua identidade étnica, estaria suscetível a mudanças, em razão da prevalência das técnicas corporais voltadas ao esporte de rendimento, suscitando o surgimento de outras identidades.

O esporte de alto rendimento, que tem como princípios a competitividade e a sobrepujança, pode gerar tensões ao ser apropriado pelas comunidades indígenas, visto que vai de encontro às bases cosmológicas. É necessário que esse fenômeno, então, seja reconhecido e compreendido dentro das suas múltiplas possibilidades, a fim de que se utilize aquela que melhor se adeque ao contexto.

Dentre as possibilidades, há o esporte em seu formato recreativo, no qual a ludicidade se apresenta de modo preponderante. Embora essa característica também seja marcante nos jogos e brincadeiras presentes nas etnias, o esporte, mesmo que recreativo, diferencia-se das práticas corporais tradicionais indígenas, visto que estas possuem valores específicos vinculados a sua organização social.

A prática esportiva, então, a ser promovida e experimentada nas comunidades indígenas deverá contemplar diferentes dimensões, de modo que a sua finalidade não esteja voltada apenas para o rendimento, mas que também atenda a fins pedagógicos, de saúde coletiva e do desenvolvimento humano. Por isso, as pessoas que estarão à frente dessas ações junto às etnias, além da compreensão das especificidades culturais da comunidade em que se

encontram, precisarão conhecer a construção histórica do esporte, reconhecendo-o como um fenômeno cultural (ALMEIDA, 2016).

Na esteira dos debates sobre o esporte, encontra-se o lazer, que também provoca muitas discussões acerca de sua inserção no contexto indígena, uma vez que é um fenômeno ligado à sociedade ocidental moderna. Desse modo, a compreensão no cotidiano das sociedades indígenas pressupõe um olhar diferenciado para essa realidade, em que deverão ser levados em consideração os elementos organizacionais e culturais de cada povo.

Ao refletirmos sobre o trabalho, como um marco delimitatório em relação ao lazer, é necessário o reconhecimento de que ele está vinculado a organização social e tradicional dos povos indígenas, com a finalidade de atender as demandas momentâneas. Ao contrário da sociedade ocidental, que em sua maior parte busca o acúmulo de capital, os ameríndios, que interligam a economia, a aldeia e a família, visam ao suprimento do grupo. Verifica-se, então, que a forma pela qual o trabalho acontece, irá variar de acordo com contexto da etnia, "...cuja densidade é mais ou menos intensa em determinadas fases do ano (safras da castanha, do milho, da mandioca, entre outras) e conforme as dificuldades que se apresentam para a consecução de tarefas socialmente determinadas" (ALENCAR; GRANDO; CARVALHO, 2019, p. 27)

O entendimento do lazer adquire contornos próprios no contexto indígena, uma vez que ele é compreendido em uma relação de continuidade com o trabalho, em que essas categorias são vistas de forma complementar e não antagônica. Essa perspectiva está relacionada com o modo que esses povos concebem a vida, ou seja, a percepção de que os seres vivos, a natureza e o universo estão interconectados colabora para que o lazer seja percebido como algo natural da vida, que está presente nas dinâmicas socio-culturais das coletividades (LUCIANO, 2016).

Ao mesmo tempo, as vivências do lazer configuram-se em momentos nos quais os indivíduos aprendem a se relacionar, a celebrar, a cultivarem os seus afetos e se tornarem solidários. Como

exemplo, uma das práticas mais comuns é a visita aos familiares, as quais podem ter a duração de horas ou mesmo anos. Isto demonstra o valor que certas práticas adquirem no funcionamento dessas sociedades, em que a dimensão do tempo é relativizada em favor do desenvolvimento de certas atividades. (LUCIANO, 2016)

Almeida destaca a complexidade de se discutir o Lazer nas comunidades indígenas, sobretudo pela diversidade na organização sociocultural, o que inviabiliza a aplicação dessa categoria em alguns grupos. Contudo, é fundamental que eles tenham a possibilidade de desenvolver as suas práticas corporais. Para tanto, "... torna-se imperioso promover a autonomia indígena, por meio de educação diferenciada, prestação de assistência à saúde, capacitação técnica profissional e, principalmente, proteção às terras indígenas." (2016, p.197)

As práticas corporais tradicionais indígenas são construções históricas que detêm saberes essenciais do grupo e que demonstram a relação entre o corpo, a natureza e a cultura. As técnicas corporais que compõem as suas práticas, ao mesmo tempo que produzem significados, também são significadas e interagem com o ambiente por meio de dispositivos, tais como o arco e as pinturas corporais, que reforçam os valores identitários. Nesse contexto, os momentos lúdicos não se restringem a um único ambiente, podendo ser vivenciados tanto nas roças durante as atividades de provisão quanto nas festividades da aldeia (ALENCAR; GRANDO; CARVALHO, 2019).

Portanto, o Lazer propiciado aos povos indígenas deverá disponibilizar os meios e os recursos necessários para a vivência de suas práticas sociais tradicionais. Esse fenômeno deve ser entendido em uma perspectiva que tenha por finalidade a manutenção e a perpetuação de suas práticas tradicionais, a partir da organização do tempo e do espaço de maneira se leve em conta os rituais, as festividades e os seus métodos tradicionais de ensino (GRANDO; ALMEIDA, 2016).

### 3.3. O resgate das práticas corporais tradicionais

Ao sugerir que as PPEL para os povos indígenas considerem o resgate dos jogos e brincadeiras tradicionais, visto que constituem a identidade de cada povo, Almeida (2016) cita o exemplo de um trabalho desenvolvido junto aos Kalapalo, em que na tentativa de os pesquisadores compilarem as suas práticas corporais, elementos culturais presentes, até então, somente com os mais velhos, emergiram e possibilitaram a legitimação da sua cultura. Assim, as ações sistematizadas nessa área devem considerar como cada etnia compreende os seus jogos e brincadeiras tradicionais.

A vivência de práticas corporais tradicionais deve ser entendida como uma afirmação étnica e política no desenvolvimento das relações com a sociedade nacional, prezando pela sua preservação e perpetuação, de modo que o esporte ocidental não lhes substitua e/ou altere os seus significados. Agir nessa perspectiva, significa colaborar para a manutenção do patrimônio cultural das sociedades indígenas no Brasil (ALMEIDA, 2016).

Esses saberes tradicionais são portadores das marcas e de influências que as relações entre diferentes culturas, ao longo do processo civilizatório, podem propiciar. O impacto dessas interações estará diretamente relacionado com o tempo de contato, podendo ser seculares, como observados em povos da região Nordeste, ou mais recente, como verificados em povos do Pará e Mato Grosso (ALENCAR; GRANDO; CARVALHO, 2019).

No contexto atual, em que as diferentes etnias no Brasil estabelecem relações cada vez mais intensas com a sociedade envolvente, nas quais entram em contato com valores e instituições distintas da sua e que promovem mudanças na sua organização política, econômica e social, reconhecer às suas práticas corporais tradicionais constitui-se em um movimento de fortalecimento da sua identidade e exercício do direito à livre determinação (ALMEIDA, 2016).

### 3.4. Propostas implementadas pelo governo federal

A criação do Ministério do Esporte (ME) foi um passo essencial para se pensar na efetivação de PPEL (PINTOS et al., 2016). No âmbito indígena, pode ser observado, entre os anos de 2004 e 2015, iniciativas governamentais que visaram ao desenvolvimento de ações referentes a essa área, assim como a valorização de práticas corporais vinculadas as culturas desses povos, não obstante o seu caráter embrionário (SOARES, 2017). Nesse sentido, a extinção desse ministério no ano de 2019 trouxe muitas dúvidas e preocupações acerca do funcionamento da agenda do esporte e lazer no país que, após dois anos, ainda permanecem.

As principais ações realizadas pelo ME com o intuito de concretizar o acesso ao esporte e lazer para os povos indígenas foram o Jogos dos Povos Indígenas (JPIN), o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), o Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas (FOPPELIN), a Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e Lazer (CEDES) e o Programa Segundo Tempo (ALMEIDA, 2016; SOARES, 2017; SOARES; CAPI; DEBORTOLI, 2016). Ainda podemos citar a criação de uma área específica dentro do próprio ministério para potencializar o acesso dos indígenas ao esporte, a Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas (CGPEIN).

O PELC é uma iniciativa que teve por finalidade garantir o acesso ao esporte e ao lazer a população, em especial aqueles grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, há um núcleo específico destinado aos povos indígenas e as comunidades tradicionais de um modo geral, que tem por finalidade a efetivação de espaços voltados ao desenvolvimento das relações sociais, em que são viabilizadas a prática de atividades físicas, esportivas, artísticas e socioculturais. A realização dessas práticas acontece por meio de oficinas e/ou eventos, e são organizadas através de trabalhos coletivo, colaborativo, democrático e que possibilite o fortalecimento e a divulgação da cultura local (SOARES, 2017).

A Rede CEDES, proposta que promove a parceria entre a gestão pública e as universidades públicas brasileiras, fomenta a elaboração de pesquisas acerca do esporte recreativo e do lazer e a sua ampla divulgação por meio do Repositório Vitor Marinho. A criação desse espaço, além possibilitar a elaboração de obras que versem a respeito das culturas indígenas, também possuem um alcance muito maior, visto que essa produção científica será compilada em formato digital (SOARES, 2017).

O JPIN constitui-se na primeira proposta de esporte e lazer desenvolvida pelo governo federal junto aos povos indígenas. Ao longo de sua trajetória histórica, os Jogos contribuíram para que o esporte e o lazer fossem apreendidos como um instrumento de luta por esses povos na materialização de seus direitos políticos e sociais (SOARES; PINTOS, 2011). Este evento, considerado uma das grandes manifestações esportivas e culturais das Américas, promove a celebração das culturas indígenas, a partir da apresentação e desenvolvimento de diversas práticas corporais, tanto as de caráter tradicional, como os jogos, danças e rituais, quanto as oriundas do contato com a sociedade envolvente, como o futebol (ALMEIDA, 2009).

A sua organização também possibilita espaços que promovem a conscientização política dos seus participantes, o que viabiliza a busca de novas alternativas visando ao desenvolvimento de políticas públicas para as etnias. Esse convite a reflexão acerca dos seus direitos e das lutas para efetivá-los promovido pelo esporte e lazer, traz novas perspectivas para a relação entre Estado e sociedades indígenas, sendo benéfico para as demandas destes povos (SOARES; PINTOS, 2011)

Dentre os instrumentos presentes nos JPIN voltados para a construção do entendimento acerca da relevância do esporte e lazer, há o Fórum Social Indígena, um espaço formativo dentro do evento em que são promovidas discussões entre as diferentes etnias, a partir de problemáticas instituídas pelo Comitê Intertribal e pelo ME (SOARES; PINTOS, 2011).



A importância desse espaço está vinculada a riqueza presente nos debates, os quais apresentam as necessidades construídas ao longo da trajetória de cada comunidade, em um processo mediado pela interação com os gestores, o que, por conseguinte, vai moldando os sujeitos politicamente, ao passo que direciona o olhar dos gestores para essas novas demandas. Constrói-se, assim, novas configurações nas relações interétnicas, em que os indígenas passam a ser reconhecidos como sujeitos políticos (SOARES; PINTOS, 2011).

Grando, ao refletir acerca de suas experiências nos JPIN salienta que, apesar do evento sofrer influência dos códigos presentes no esporte da sociedade ocidental, ele também produz os seus próprios sentidos e significados, de modo a resultar em outras experiências relacionadas ao esporte e ao lazer que não ficam restritas a “...lógica das competições esportivas, mas também se constituem de elementos interculturais e interétnicos impostos pela presença das “delegações indígenas” (2015, p.42).

Este evento apresenta limitações no atendimento as diferentes demandas provenientes das aldeias, não obstante a sua representatividade como política pública. Luciano (2016) aponta os Jogos como uma iniciativa que beneficia apenas um grupo restrito de comunidades indígenas, a partir de critérios não muito claros e que reforçam a exclusão e a discriminação. É um tipo de proposta que possui caráter excludente, em que poucos são privilegiados em detrimento da grande maioria, reforçando uma cultura seletiva muito presente em ações, sobretudo com o esporte, na sociedade ocidental.

Com base no exposto, podemos verificar que, no período de existência do ME (2003-2018), apesar das limitações em alcançar a maior parte dos povos indígenas e de sua morosidade (LUCIANO, 2016), houve algumas iniciativas para democratizar o acesso do esporte e do lazer junto a esses povos.

## 5. Considerações finais

Este artigo teve por objetivo refletir a respeito das discussões estabelecidas acerca das PPEL voltadas para os povos indígenas. Vale destacar, antes das considerações referentes ao material analisado, a escassez de estudos. Não obstante a busca em diferentes bases dados, os resultados indicam que a atenção destinada ao esporte e ao lazer entre os povos indígenas tem disso limitada e reforça a necessidade de se empreender esforços no desenvolvimento de pesquisas sobre a temática, a fim de se fortalecer as discussões e fomentar a sua oferta nas comunidades indígenas, conforme garantido pela CF de 1988.

Em relação às discussões apreciadas, pudemos verificar que, embora não tenham sido muitas, houve iniciativas durante o período de existência do Ministério do Esporte (ME) e que, em sua maior parte, estiveram vinculadas a prática esportiva em seu viés de rendimento, especialmente o Jogos dos Povos Indígenas (JPIN).

O esporte, em seus diferentes formatos, tornou-se um fenômeno social, emergente a partir de meados do séc. XX, que consegue a mobilização de bilhões de pessoas ao redor do mundo. Após o contato com a sociedade não indígena, os povos ameríndios também passaram a vivenciar as práticas esportivas em seu território, sendo influenciados cada vez mais por elas, sobretudo pelo futebol.

No entanto, a presença do esporte em suas comunidades ocorre, predominantemente, a partir da lógica do rendimento, que é caracterizado pela competitividade e seletividade, eixos que regem as relações na sociedade ocidental, e vai de encontro aos princípios que orientam essas culturas, podendo resultar em tensões e/ou conflitos. Nesse sentido, o trato com a prática esportiva nas sociedades indígenas deverá levar em consideração os elementos históricos e culturais desse fenômeno, possibilitando uma apropriação contextualizada e o usufruto por parte dos indivíduos de modo mais adequado.

Por isso, qualquer iniciativa a ser desenvolvida junto aos povos indígenas, como as PPEL, deve contar com a participação protagonista deles em todo o processo. Historicamente, as políticas indigenistas foram instituídas de forma arbitrária em que os principais interessados não participavam da elaboração das ações que interfeririam diretamente em suas vidas.

Com a mudança de governo no país e, em especial, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a recriação do Ministério do Esporte, esperamos que os povos indígenas tenham um papel mais efetivo na criação, implantação e avaliação das propostas direcionadas a eles nesses próximos anos. Essas novas possibilidades que se apresentam, podem proporcionar avanços na preservação e na valorização das culturas indígenas, conforme garantido pela CF de 1988 e, dentre os quais, o acesso ao esporte e ao lazer.

## Referências

ALENCAR, J.C.P; GRANDO, B.S.; CARVALHO, P.F. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Povos Indígenas**. In: Lucília da Silva Matos; Mirleide Char Bahia. (Org.). Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Povos Indígenas. 1ed.Belém: Paka-Tatu, 2019, v. 1, p. 23-46. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/810>. Acesso em: 11 Out. 2023.

ALMEIDA, A.J. **IX Jogos dos Povos Indígenas**: registro da memória. In: Leila Mirtes Santos Magalhães Pinto, Beleni Saléte Grando. (Org.). BRINCAR, JOGAR, VIVER: IX JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS. 1ed.Cuiabá: Central de Texto, 2009, v., p. 24-43. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/236470>. Acesso em: 11 Out. 2023

ALMEIDA, A.J. **Políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas no brasil**. In: A. E. da Silva Pintos; H. Ferreira Isayama. (Org.). Formação de agentes sociais dos programas

Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2016, v. 1, p. 185-200.

FREIRE, I.A.; CÁRDENAS, R.N. **Fator amazônico no contexto das políticas públicas para o setor esportivo brasileiro**. In: Ivete de Aquino Freire; Ramón Núñez Cárdenas. (Org.). 3. Fator amazônico no contexto das políticas públicas para o setor esportivo brasileiro. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2017, v. 100, p. 42-57.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Atlas, São Paulo, 2008.

GRANDO, B.S. Jogo entre “Parentes”, os processos de educação do corpo, esporte e lazer no Brasil: reflexões a partir dos Jogos dos Povos Indígenas. **Revista Pedagógica (Chapecó. Online)**, v. 17, p. 36-58, 2015. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2917>. Acesso em: 11 Out. 2023.

GRANDO, Beleni Saléte. **Corpo e educação**: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT, 357f. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86774>. Acesso em: 11 Out. 2023.

GRANDO, B.S.; ALMEIDA, A.J. **I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas - FOPPELIN**. In: Beleni Saléte Grandó; Vilma Aparecida de Pinho; Neide da Silva Campos. (Org.). Políticas Públicas e Povos Indígenas: contribuições a partir do Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil. 1ed.Cuiabá: Editora da UFMT - Editora Sustentável, 2016, v. 1, p. 25-61.

GRANDO, B.S.P., Vilma Aparecida de; CAMPOS, Neide da Silva (Org.). **Políticas Públicas e Povos Indígenas**: contribuições a partir do Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os Povos

índigenas do Brasil. 1. ed. Cuiabá: EDITORA DA UFMT - EDITORA SUSTENTÁVEL, 2016. v. 1. 272p. Disponível em: <https://searchworks.stanford.edu/view/12197303>. Acesso em: 11 Out. 2023.

LUCIANO, G.J.S. **Descolonizando Práticas e Mentes Indígenas:** contribuições do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas. In: Beleni Saléte Grando; Vilma Aparecida de Pinho; Neide da Silva Campos. (Org.). Políticas Públicas e Povos Indígenas: Contribuições a partir do Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil. 1ed.Cuiabá: Editora Sustentável/EdUFMT, 2016, v. 1, p. 99-113.

PINTOS, A.E.; CATARINO, C.; SALVADOR, E.; ATHAYDE, P.F.A. O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 3, p. 38-52, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/508>. Acesso em: 11 Out. 2023.

SANTOS, E.S.; CARVALHO, M.J.; FROES, G.S. Investimento na Função Desporto e Lazer (FDL) por parte dos municípios dos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 9, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://bitlybr.com/ReNve> . Acesso em: 11 Out. 2023.

SEEGER, A; DA MATTA, R; VIVEIROS DE CASTRO, E. **A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras.** In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987

SOARES, K.C.P.C.; CAPI A.H.C; DEBORTOLI, J.A.O. **Políticas Públicas e Povos Indígenas:** contribuições a partir do Fórum nacional de esporte e lazer para os povos indígenas do Brasil./ Cuiabá: Editora Sustentável/EdUFMT, 2016. 272p. In: Grando Beleni, Pinho, Vinha, Neide Campos. (Org.).

FOPELLIN: análises e contribuições para as políticas públicas de esporte e lazer. 572ed.Cuiabá: Editora Sustentável, 2016, v. 1, p. 81-96.

SOARES, K. C. P. C; PINTOS, A.E.S. Fórum Social Indígena: o esporte e o lazer provocando um diálogo intersetorial. In: Maria Beatriz Rocha Ferreira e Marina Vinha. (Org.). **Celebrando os jogos, a memória e a identidade**: XI Jogos dos Povos Indígenas - Porto Nacional, 2011. 01ed.Maringá: Gráfica Regente, 2015, v. 01, p. 247-262.

SOARES, K. C. P. C. **Cultura e lazer na vida cotidiana do povo Akwe-Xerente**. 171f, 2017. Tese (doutorado em lazer). Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/42945>. Acesso em: 11 Out. 2023.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. **Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 01 Mai. 2021.

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.